



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Michael Belmiro Da Cunha

**Dinâmicas de Participação das Crianças.
O Orçamento Participativo das
Escolas – Estudo de Caso**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Michaël Belmiro Da Cunha

**Dinâmicas de Participação das
Crianças. O Orçamento Participativo
das Escolas – Estudo de Caso**

Tese de Mestrado
Especialização em Intervenção Psicossocial em Crianças,
Jovens e Adultos

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmento

DECLARAÇÃO

Nome: **Michaël Belmiro Da Cunha**

Endereço eletrónico: **mikadacunha@msn.com**

Número do cartão de cidadão: **30141077**

Título da dissertação: **Dinâmicas de Participação das Escolas. O Orçamento Participativo das Escolas – Estudo de Caso.**

Orientador: **Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmento**

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança, Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30 de Outubro de 2018



Michael Belmiro Da Cunha

(assinar em cima e escrever aqui também o nome completo)

DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DAS ESCOLAS – ESTUDO DE CASO

Michaël Belmiro Da Cunha

Mestrado em Estudos da Criança- Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e Famílias

Universidade do Minho

2018

RESUMO

A participação da criança, no meio escolar, não é sempre valorizada e a sua opinião pode ser uma mais-valia, não apenas para um grupo de alunos, mas para toda a comunidade escolar. Para poder desenvolver essa participação, foi criada uma medida chamada “Orçamento Participativo das Escolas” que possui como objetivo estimular a participação cívica e democrática dos estudantes. Essa medida é desenvolvida pelas escolas e consiste em permitir aos alunos desenvolver um projeto para poder melhorar a sua escola. De modo a perceber de que forma essa medida traz uma evolução à participação dos alunos e à valorização das suas ideias, foi realizado um estudo de caso. Este estudo foi realizado num agrupamento de escolas que executou a medida pelo segundo ano consecutivo. Para isso, foi realizada uma pesquisa para poder recolher dados sobre o Orçamento Participativo e a participação das crianças. A nível bibliográfico, foi analisado o despacho de lei n.º436-A/2017 bem como, documentos científicos centrados na participação das crianças no contexto escolar. Por além da bibliografia, foram realizadas entrevistas aos professores responsáveis pela execução da medida e aos alunos do agrupamento. No fim, as diferentes entrevistas foram analisadas para perceber as opiniões sobre o Orçamento Participativo e a sua execução. Através da análise dos vários dados recolhidos, a análise documental e a análise das entrevistas, foi possível concluir que o Orçamento Participativo das Escolas traz aos alunos o poder de desenvolver algo de novo na sua escola que pode ser valorizado não só por eles ou pelo grupo, mas por todos os alunos e professores da escola. Essa medida mostra a importância da valorização das ideias desses alunos pelos professores e responsáveis. É também um pequeno passo para a evolução da participação e da inclusão dos estudantes no contexto escolar, mas é um grande passo para a valorização e a escuta das crianças sobre os temas em que elas são incluídas, mesmo se essas ideias não sejam sempre possíveis de realizar.

Palavras-chaves: Participação Infantil - Participação na Escola - Orçamento Participativo – Escola – Gestão Democrática

DYNAMICS OF PARTICIPATION OF CHILDREN. THE PARTICIPATORY BUDGET OF SCHOOLS - CASE STUDY

Michael Belmiro Da Cunha

Mestrado em Estudos da Criança- Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e Famílias

Universidade do Minho

2018

Summary

The participation of the child in the school environment is not always valued and his opinion can be an asset, not only for a group of students, but for the whole school community. In order to be able to develop this participation, a measure called "Participative Budget of the Schools" was created. The purpose of this measure is to stimulate the civic and democratic participation of the students. It is developed by schools and consists of allowing students to develop a project to improve their school. In order to understand how this measure brings an evolution to the student's participation and the valuation of their ideas, a case study was carried out. This study was implemented in a group of schools that executed the measure for the second consecutive year. For this, a research was conducted to collect data about the Participative Budget and the participation of children. In terms of bibliography, law number 436-A / 2017 was analyzed as well as, scientific documents focused on the participation of children in the school context. Besides the bibliography, interviews were carried out with the teachers responsible for the implementation of the measure and the students of the group. In the end, the different interviews were analyzed to understand the opinions about the Participative Budget and its execution. Through the analysis of the collected data, the documentary analysis and the analysis of the interviews, it was possible to conclude that the Participative Budget of the Schools gives the students the power to develop something new in their school that can be valued not only by him or by the group, but by all the students and teachers of the school. This measure shows the importance of valuing the ideas of these students by the teachers and those in charge. It is also a small step in the evolution of student participation and inclusion in the school context, but it is a great step for children to value and listen to the topics in which they are included, even if those ideas are not always accomplished.

Keywords: Child Participation - Participation in School - Participative Budget - School - Democratic Management

ÍNDICE

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Introdução.....	7
Capítulo I: Enquadramento Teórico.....	9
Capítulo II: Enquadramento Metodológico.....	26
Capítulo III: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	30
Conclusão.....	36
Bibliografia.....	39
Anexos.....	43

SÍGLAS:

- OP: Orçamento Participativo
- OPM: Orçamento Participativo Municipal
- OPE: Orçamento Participativo das Escolas

INTRODUÇÃO:

Na sociedade atual, a criança é sujeito de vários estudos, que possuem como base vários contextos e temas. Entre a diversidade de estudos possíveis a realizar foi feita a seleção para um estudo sobre a participação das crianças.

Por isso, foi decidido escolher o tema do estudo, que é para esta tese de mestrado mais especificamente o Orçamento Participativo. Mas escolher apenas o tema não basta. Pois, a participação é um tema muito referido e presente em vários contextos. Assim, foi decidido realizar este estudo numa escola. Com o tema e o contexto escolhido, é possível agora determinar o título da tese, que agora definido é “ *Dinâmicas de participação das Crianças. O Orçamento Participativo de Escola — Estudo de Caso* ” .

Este tema escolhido possui um problema que dificultou, no início, a realização do estudo de caso. Essa dificuldade notou-se no começo do estudo sobre o Orçamento Participativo no contexto escolar e detetou-se que era muito reduzido. Como este Orçamento é novo e os projetos foram realizados há pouco, existe cada vez mais informação nova sobre este assunto. Mesmo existindo esse problema, foi possível superá-lo graças à disponibilidade da realização dos projetos anteriores pela escola, e com ajuda de estudo que possuem como base a participação das crianças no contexto escolar.

Como referido no título desta dissertação, este estudo revela um caso que será desenvolvido numa escola que desenvolve projetos com base no Orçamento Participativo. Essa escola já reproduziu projetos com base no OP. Além disso, foi possível disponibilizar dois grupos de alunos e professores para responder às perguntas das entrevistas e do *focus group*.

Ao longo deste estudo, é referenciado o quanto a participação das crianças, seja no meio escolar ou não, é importante para o seu desenvolvimento. É realçada, também, a importância da participação das crianças no meio escolar e de que forma esta participação é motivada e qual é a percepção dos professores sobre ela. A última informação indica o objetivo dos projetos desenvolvidos no OP e o desenrolamento do processo.

Este estudo é dividido em três grandes partes. Na primeira parte é apresentado o enquadramento teórico do estudo, em que é justificada a importância deste estudo e as informações em que ele se baseia para ser desenvolvido. Na segunda parte é exposta a metodologia de investigação do estudo de caso, referenciando os objetivos e o contexto do

estudo, a população alvo e o tipo de investigação. A terceira e última parte apresenta-nos a análise dos resultados do estudo que foi realizado.

Este estudo possui como objetivo analisar e caracterizar a participação das crianças no Orçamento Participativo.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO:

Na sociedade atual, a criança é vista de várias formas. Ela pode ter uma imagem de um ser frágil que precisa de proteção e de cuidados, mas em alguns meios a criança é vista como um ser forte que já pode ir ao combate. Todas essas imagens são as ideias que a sociedade possui atualmente sobre as crianças, mas essa visão não foi sempre a mesma.

De facto, ao longo dos anos, a criança foi vista de formas diferentes. Ao longo da Idade Média (476-1453), a infância, segundo Ariès (1981), era considerada como um período de pouca experiência, em que a criança era dependente e não possuía valor ao nível social. Por isso, as crianças eram consideradas muito cedo como adultos. Não existia nenhuma diferença entre uma criança e um adulto, todos trabalhavam e eram tratados iguais.

No período à seguir a Idade Média, o Renascimento, foi possível observar uma diferença na percepção da criança. Se até ao século XIV, a criança era considerada como um adulto em miniatura, a imagem da criança mudou com a chegada do Renascimento. Durante este período, existiram várias alterações sobre a percepção da infância e a imagem da criança. Foi a partir daí que foi possível às crianças ficarem disponíveis para receberem aulas. Essas aulas eram dadas nos lugares públicos e não existia nenhuma diferença ao nível da idade dos alunos.

Foi a partir do século XVII que existiu a maior transformação. Mesmo se o processo que ocorreu foi longo e moroso, foi neste período que foi possível observar uma evolução na percepção da criança e que ela passou de um ser anónimo e sem importância a um ser valorizado que necessita ter cuidados. É neste mesmo momento que surge a importância da formação moral da criança e a transformação do lar familiar num meio afetivo. A partir daí, a família valoriza a educação da criança, como também a sua liberdade enquanto criança.

Ao mesmo tempo que surgiu a importância da criança no meio familiar, surgiu a criação de instituições de educação. Essas instituições permitiam que as crianças fossem separadas dos adultos durante a sua educação. Com a presença dessas instituições para a educação das crianças, o conceito de infância ainda não era muito claro e não era valorizado. Foi a partir do final do século XVII que o conceito foi mais desenvolvido com a descoberta da importância da higiene e da vacinação.

A partir do século XIX e XX, o conceito de infância sofreu uma grande evolução com dois grandes acontecimentos. O primeiro surgiu com o psicólogo Sigmund Freud (1856-1939), que realizou vários estudos sobre a importância da infância e afirmou que muitas

neuroses presentes nos adultos e crianças tinham origem em traumas que acontecem durante a infância. O segundo acontecimento valorizado é a criação dos primeiros Estatutos da Criança. Esses estatutos são um conjunto de regras que determinam os direitos e metas para o desenvolvimento da criança. Foi em 1959 que a ONU aprovou a “ Declaração Universal dos Direitos da Crianças” que inclui os direitos de igualdade, escolaridade gratuita e alimentação.

A criança ocupa, hoje em dia, um lugar na sociedade mais importante que nos séculos anteriores. Sendo assim, isso não significa que as crianças usufruem as melhores condições ou do melhor meio para a sua infância. Todas as crianças nascem e crescem em lugares e meios diferentes e vivem experiências diferentes. Essas experiências são desenvolvidas em vários contextos, na sociedade, no meio familiar e no meio escolar. Elas são o fruto da participação das crianças na nossa sociedade e nos vários contextos em que esta está incorporada

Todas as participações das crianças nos vários contextos contribuem para a evolução da criança. A participação social é desenvolvida através do envolvimento da criança dentro da sociedade. Esse envolvimento pode ser realizado através do trabalho voluntário, ou de políticas públicas sociais desenvolvidas. Para realçar a importância da participação das crianças na sociedade, alguns municípios incluem no plano de desenvolvimento social e local, projetos e objetivos para promover a imagem da criança, incluindo dentro desses projetos as crianças e os movimentos sociais das mesmas.

Todos os projetos desenvolvidos com o objetivo de promover a imagem da criança, ou que inclui a criança no seu desenvolvimento, favorecem a evolução da participação infantil. Essa participação consiste em estimular as crianças a exprimir-se sobre os assuntos que os envolvem e tem em conta a opinião das crianças, o que permite o desenvolvimento de valores, o exercício do seu direito de cidadania e de atuar socialmente a partir da infância.

Hoje em dia, a participação já não é centrada apenas nas crianças. Algumas participações são possíveis apenas para os adultos e em segundo plano fica a participação das crianças. Alguns autores (Pacheco, 2013; Neto, 2015) evidenciam a importância da participação das crianças no dia a dia, seja na escola, seja fora da escola. Para além disso, outros autores consideram que as crianças são membros ativos na comunidade moderna, por isso podem ser considerados membros políticos (Sarmiento, 2007), mesmo se essa face ativa das crianças apenas é observada na comunicação entre grupos e entre as mesmas crianças. Também Cruz (2015) evidencia que é preciso criar estratégias de motivação para promover a

participação das crianças nas atividades. É nesta evidência que se conclui que a participação infantil é importante porque permite o desenvolvimento da criança.

A participação infantil não é apenas estimular a criança, mas é também uma relação de confiança que se forma entre o adulto presente e a criança. Mesmo existindo conceito de proteção, referido nos Direitos da Criança, esta não pode ser excluída de participar num contexto descrito como algo muito perigoso ou de mau para ela. Em algumas discussões ou temas, as crianças interessam-se e procuram saber o que aconteceu em tal situação ou como é que se chegou a este ponto. Qualquer que seja o assunto, este podendo ser considerado “mau”, ou desadequado por elas serem muito pequenas ou imaturas, neste caso até os próprios pais falavam com os filhos sobre o assunto. Isso mostra que as crianças querem saber e sabem muitas coisas e merecem ser ouvidas para percebermos a sua interpretação dos vários casos que podem acontecer. Isso é ainda mais importante se houver casos passados com crianças e que poderão ser comuns a outras. É um caso de prevenção que as crianças bem entendem.

Como referi anteriormente, existem várias políticas públicas. Estas são o conjunto de programas, ações e decisões desenvolvidas pelos governos. Essas políticas são presentes em vários contextos e permitem o desenvolvimento da participação de todos. A forma de desenvolvimento dessas políticas é diferente segundo o contexto e o objetivo de cada um deles. Azevedo (2003,p38) define que “ *a política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões*” (cit. Oliveira, 2010).

A participação é desenvolvida em vários meios/contextos e de várias formas. Nos diferentes meios onde a criança pode desenvolver-se (escola, família, catequese, grupos culturais e desportivos, etc.) existem meios que são essenciais, como é o caso da família e da escola. A família é presente desde o início da vida para a criança e é o meio mais próximo dela. A escola é o meio em que a criança se desenvolve socialmente e intelectualmente durante vários anos. Nestes meios, são várias as formas de participação ao longo do tempo, sendo que algumas podem ser ou não evidenciadas. Ser o representante da turma ou fazer parte de um projeto que é desenvolvido são cargos que são importantes, mas que exigem o desenvolvimento de competências práticas e mentais, que nem sempre são fáceis para as crianças, pois a imagem das mesmas crianças que possuem estes papéis não é conhecida pela própria escola (Magalhães, 2015).

Na sociedade atual, a participação das crianças é o tema mais desenvolvido em algumas áreas de estudo, como a Sociologia da Infância. Tendo como base o estudo

desenvolvido por Trevisan (2014), a participação é um conceito frequentemente relacionado com a perspectiva criança-ator. Essa é importante porque aborda o facto em que a participação é vista e analisada na sua globalidade, independentemente da participação que se trata, participação infantil ou outra.

A participação infantil possui várias vantagens e limitações. A experimentação de participações diferentes favorece a criação e a alteração de modos de participação das crianças pelas experiências e provas já realizadas. Como referido no estudo de Trevisan (2014), não existe nenhum inconveniente em que a mobilização das crianças e jovens possa ser iniciado pelos adultos, sondando-os, no início do processo, sobre o que querem participar. Isso permite que o processo de participação seja iniciado pelas crianças, mesmo se a mobilização e a finalização sejam realizadas por um adulto. Como o referido no estudo, é possível refletir sobre “*quais os modos através dos quais as crianças se poderão tornar verdadeiros agentes de mudança social, no limite, de exercerem a sua própria cidadania*” (p.129).

Para poder compreender melhor os vários modos de participação infantil existente, foi criado, por vários autores, modelos de compreensão. Os vários modelos não são capazes de perceber na globalidade toda a realidade social existente, mas sim uma aproximação dessa realidade. Assim, o estudo de Trevisan (2014) evidencia alguns modelos mais utilizados na concetualização da participação infantil e na sua prática.

O primeiro modelo apresentado é a Escada de Participação (ou *participation ladder*) de Rogert Hart (1992). Este modelo é uma das primeiras propostas que surgiu para metodizar a participação infantil. Este modelo possui como base o modelo de participação cidadã de Arnstein (1969), mas adaptado para a infância. A escada de Arnstein (1969) possui oito níveis de análise: manipulação e terapia, que corresponde aos primeiros níveis e que reconhece os modos de não participação. A seguir, os níveis de informação, consulta e aplacamento (ou *placation*), considerados como elementos decorativos, ou, como chamado pelo autor, como níveis tokenistas da participação. Por fim, os últimos níveis são os que são julgados como efeitos da participação, tais como: a parceria, a delegação de poder e o controle cidadão. Esses são considerados os níveis do poder cidadão. Então, para essa escada da participação cidadã, Arnstein (1969) apresenta uma escada dividida em oito níveis diferentes que podem ser reunidos em três graus de envolvimento: a não participação, o tokenismo e o poder cidadão.

É com base nessa escada de participação cidadã que Hart (1992) propõe a Escada da Participação da Infância. Como a escada proposta por Arnstein (1969), Hart (1992) compõe a

sua escada com oito níveis diferentes, distinguindo dois graus distintos de envolvimento: a não participação e os graus de participação. Como a proposta original, Hart (1992) considera os três primeiros níveis como “não participação”, composto pela manipulação, a decoração e o Tokenismo. Os níveis a seguir são incluídos na participação, possuindo diferentes graus de envolvimento das crianças.

O primeiro nível da escada de participação, que é a manipulação, refere que aquela é utilizada para servir o objetivo do adulto. Isso significa que a criança é apenas ouvida para isso e não para mais, ela é manipulada. O nível seguinte, a decoração refere-se à criança que participa, mas não possui nenhuma informação sobre o assunto, ela está presente para dizer que foi mobilizada. O terceiro nível, Tokenismo, descreve-se em situações em que a criança é ativa, mas não escolhe o tema ou assunto em que ela participa. Ela fornece a sua opinião sobre o que os adultos escolheram. Um exemplo de Tokenismo é a participação das crianças nas conferências onde se discute questões sobre a infância, em que a sua participação pode ser considerada “genuína” (Hart,1992).

Nos níveis em que o autor considera existir participação, encontra-se o primeiro nível (ou o quarto nível da escada), “atribuir, mas informado”. Nesse nível é necessário que nos projetos as crianças tenham o papel de “participatório”, e que elas possam perceber do que trata o projeto. Nesse nível, a criança não é apenas “decorativo”, ela é incluída e voluntaria-se a participar. No nível seguinte “consultados e informados”, consideram-se os projetos em que as crianças participam como “consultórios” para os adultos. O sexto nível da escada, “ações iniciadas por adultos e decisões partilhadas pelas crianças”, reconhece-se como verdadeira a participação, uma vez que, segundo Hart: *“ainda que neste nível, os projetos sejam iniciados por adultos, a tomada de decisão é partilhada com os jovens”* (1992, p.14).

Alguns autores, como Fernandes (2009), explicam que a participação das crianças irá crescer à medida que se sobe na escada, sendo que é possível que ao longo do processo dois níveis se misturem. Contudo, a escada de Hart (1992) foi o sujeito de várias revisões e críticas de alguns autores, como Tomás (2011), Kirby e Woodhead (2002) entre outros.

Além da Escada da Participação de Hart(1992) existem outros modelos da participação infantil. Shier (2001) propõe um modelo, possuindo como base a reflexão sobre o envolvimento das crianças nas tomadas de decisão. Assim, Shier (2001) desenvolve um modelo de participação infantil em processos de tomada de decisão, tendo como base o modelo de Escada da Participação de Hart (1992). Esse modelo é visto pelo autor como uma

alternativa à proposta de Hart (1992) e não um substituto. Segundo Shier (2001), este modelo pretende explorar aspetos da participação que até ao momento não eram considerados.

Deste modo, a reformulação de Shier (2001) é composta por cinco níveis de participação:

1. a criança é ouvida;
2. as crianças são ajudadas a expressar as suas visões;
3. as visões das crianças são tidas em conta;
4. as crianças são envolvidas em processos de tomada de decisão;
5. e as crianças partilham poder e responsabilidade na tomada de decisão.

Em cada nível de participação existem indivíduos ou organizações que possuem vários níveis de compromissos no processo de empoderamento das crianças. Existem três graus de compromisso que se encontram em cada um dos cinco níveis. Esses três graus são a abertura, a oportunidade e a obrigação. A abertura implica a presença de adultos preparados a operar num determinado nível e que seja comprometido a trabalhar de uma certa maneira. A oportunidade ocorre quando as necessidades da criança são alcançadas de modo a que o trabalhador possa operar no determinado nível de participação. Essas necessidades podem compreender vários recursos, competências ou o desenvolvimento da organização para atingir as necessidades das crianças. As obrigações estabelecem-se quando o trabalhador ou a organização desenvolver o trabalho num certo sentido e nível em relação à participação das crianças.

Em cada nível, Shier (2001) desenvolveu várias perguntas que deverão ser respondidas para determinar a posição atual e identificar os passos para melhorar os níveis de participação. Essa perspetiva permite obter informações mais “fluídas” da participação e menos firmes que a proposta em escada.

Outro modelo de participação infantil é a cadeia de participação de Prout, Simmon e Birchall (2006). A principal ideia de Prout é que podemos recolher lições de estudos realizados sobre a participação dos adultos, e assim criar um paralelo com a participação das crianças. O objetivo é de procurar as semelhanças e depois as especificidades e não o contrário. Baseando-se nos modelos desenvolvidos por Hart (1992) e Shier (2001), Prout foca-se sobre a discussão teórica da participação *tout court* para perguntar se falamos de coisas diferentes, quando abordamos a participação dos adultos e a participação das crianças.

Através de um estudo realizado em Inglaterra, Prout procura extraír daí algumas aprendizagens benéficas para a discussão sobre a participação das crianças e dos jovens. A partir dessa análise, foi possível identificar um aspecto central da participação: a motivação. Assim Prout questiona-se sobre: as razões de levar alguém a participar? Para poder responder a essa pergunta, Prout irá explorar duas abordagens: a Teoria da Escolha Racial e a Teoria dos Incentivos Mútuos. A primeira teoria trata do modo como os indivíduos analisam o custo-benefício quando participam. Isso significa que irão analisar se a participação irá trazer benefício ou apenas o custo do trabalho sem receber nada de volta. A segunda abordagem trata de uma perspectiva mutualista da participação em que não se trata apenas de um indivíduo, mas também de um grupo. Esta perspectiva permite analisar os fatores individuais e coletivos e é mais abrangente, porque não se trata de apenas um indivíduo.

É depois dessa análise que Prout, Simmon e Birchall (2006) desenvolvem a proposta de análise da participação, chamada de *Cadeia da Participação*. Esta cadeia apresenta quatro elementos de análise da participação. O primeiro elemento da análise é *a motivação*. Esta apresenta questões sobre a razão da participação, quais são os benefícios dessa participação e quais são as consequências para os que não participam.

O segundo elemento refere os *recursos* e as perguntas, e focam-se sobre quais são os recursos necessários para poder participar, sendo presente recursos de várias naturezas. O terceiro elemento, *a mobilização*, estuda as oportunidades existentes para participar e qual é o grau de apropriação. O quarto e último elemento, analisa as *dinâmicas* dos processos de participação, focando-se nos impactos da participação, sejam positivos ou negativos.

Cada um dos quatro elementos possuem uma relevância na análise da participação das crianças. Para a motivação, é preciso perceber que deverá ser possível analisar um conjunto de motivações, ao nível individual e coletivo. Ao longo do processo poderão aparecer crianças com falta de motivação para participar. É importante clarificar a implicação das crianças nos processos e valorizar a sua participação. Um aspeto importante a ter é o papel do adulto na construção da motivação a participar.

Os recursos são sempre necessários no processo de participação e é uma das condições para a criação de espaços de participação das crianças. O tipo de recursos a disponibilizar para a participação das crianças depende da visão dos adultos e/ou da criação de recursos próprios e específicos que permitem adequar os processos à realidade infantil. Os recursos referidos

não são apenas os materiais, mas são incluídos também os recursos financeiros, de espaço, de tempo, entre outros.

No que diz respeito à mobilização, é importante verificar que a criação dos espaços, nos vários contextos em que a criança é presente, tem de ser construída, em alguns casos, a partir de nada. Isso significa que em alguns contextos não existe nenhum espaço em que é possível mobilizar as crianças. Enfim, no que diz respeito às dinâmicas de participação, é preciso analisar de que forma os espaços e estruturas preveem os diferentes impactos da participação.

O modelo da cadeia de participação, segundo os autores, permite criar momentos de pesquisa e ação, aplicados aos modos de participação dos adultos e das crianças, o que permite encontrar os aspectos comuns e as diferenças da infância, tarefa presente nos estudos de Sociologia da Infância e do estudo da criança.

Contrariamente à escada de participação, que hierarquiza os diferentes modos de execução, a ideia de graus permite analisar as práticas existentes e verificar quais são as mais abordáveis. Desse modo, é possível encontrar várias formas de participação em vários momentos.

Em várias concetualizações sobre a participação, alguns autores como Lansdown (2005,2010) referem que é importante observar os diferentes impactos da participação e quais são as alterações essenciais. Desta forma, a autora apresenta duas abordagens diferentes necessárias para a compreensão e a avaliação do envolvimento das crianças nas tomadas de decisão.

A primeira abordagem é a identificação dos fatores-chave com os quais se possam avaliar evidências de um clima cultural no qual o direito das crianças a serem ouvidas e levadas a sério seja firmemente estabelecido. A segunda abordagem é a medição da extensão, qualidade e impacto da participação na qual as crianças são envolvidas. Mais importante, as próprias crianças deverão ser diretamente envolvidas em qualquer processo de avaliação de iniciativas de participação das quais façam parte. (Lansdown, 2010, p.20)

A *extensão* do envolvimento das crianças pode ser avaliada considerando-se a duração do envolvimento desde do início do processo. Assim, a participação pode ser dividida em três níveis:

- Participação consultiva (*consultive participation*) – na qual os adultos procuram a participação das crianças na construção do conhecimento sobre a vida e as suas experiências.

- Participação colaborativa (*collaborative participation*) – existe um maior grau de parceria entre as crianças e os adultos, com possibilidades de envolvimento ativo nas tomadas de decisões.

- Participação liderada pelas crianças (*child-led participation*) – na qual são disponibilizados, para as crianças, espaços e oportunidades para poderem descobrir assuntos do seu interesse e poderem representar-se a si mesmos. Nesta participação, o papel do adulto é de facilitador que ajuda as crianças a alcançar os seus objetivos.

Além da *extensão*, a *qualidade* da participação pode ser avaliada com ajuda de vários indicadores relativos aos princípios considerados adequados no trabalho com crianças. A participação das crianças tem que ser transparente, voluntária, respeitosa, ser sensível ao risco, entre outros. Por fim, o *impacto* da participação deverá ser determinada em conjunto, adultos e crianças, qualificando a eficácia dos processos e a iniciativa.

Segundo Sinclair (2004), é possível observar que nos últimos anos se tem verificado o aumento do envolvimento das crianças e jovens nas decisões que os incluem. Mesmo assim, ainda não é claro até que ponto as crianças podem ser envolvidas nessas tomadas de decisões. Assim para Sinclair (2004), o conceito de participação infantil é considerado como multidimensional, podendo ser envolvido em contextos diferentes. Deste modo, ele considera as seguintes dimensões no conceito de participação:

- *Níveis de participação* – considera os diferentes níveis apresentados por Hart (1992) indicando que no mesmo processo é possível encontrar níveis distintos de participação mesma participação.

- *Foco na tomada de decisão* – distinção entre as decisões tomadas, públicas e privadas, sendo que as privadas são presentes sobretudo no contexto familiar.

- *Natureza das atividades de participação* – podem assumir formas diferentes que trarão resultados diferentes. Essas formas podem ser fóruns de discussão, organizações geradas por crianças (ex: Children's Express), entre outros.

Sintetizando as práticas de participação nas instituições escolares, Lima (1988,1992), construiu uma tipologia, referindo diferentes tipos de critérios de análise, em que será possível encontrar diferentes tipos de participação. Assim, Lima define quatro critérios de análise: democraticidade, regulamentação, envolvimento e orientação.

O primeiro critério, a democraticidade, define a participação como um instrumento da promoção da democracia, limitando certo tipo de poder e assim garantir a expressão de interesses, destacando aspectos importantes como o papel dos atores na participação e admitindo formas diretas e indiretas. A Participação direta é definida como o domínio da democracia que garante a todos a sua expressão e influência na tomada de decisão. A participação indireta refere-se às decisões tomadas por um conjunto de eleitos para esse efeito, sendo que as suas decisões representam a vontade coletiva.

O critério seguinte, que é a regulamentação, engloba as diferentes regras e normas que fixam os diferentes padrões e circunstâncias dos fenómenos de participação, que podem ser considerados formais e informais. A Participação Formal é constituída por regras formais organizadas e explicitadas, que podem ser apresentadas em forma de documentos formais e legais. Um exemplo dessas regras é o regulamento interno da escola ou a sua organização. A participação não formal é composta por regras menos estruturadas, comparadas às regras formais. Essa participação pode ser definida por estruturas ou órgãos específicos. A última participação, a participação informal, é estruturada por regras informais e não estruturadas que constituem orientações que podem ser relacionadas com os estatutos e regulamentos.

O próximo critério, o envolvimento, é o conjunto de atitudes e comportamentos dos atores em relação à possível participação e recursos disponíveis para o determinado interesse. Assim é possível classificar os diferentes modos de envolvimento dos atores. Estes podem ter uma participação ativa, o que significa que os participantes possuem um envolvimento ativo e elevado na organização, como, por exemplo, a participação nos processos de tomada de decisão.

A próxima classificação é a participação reservada. Essa é o ponto intermédio entre a participação ativa e a participação passiva. O envolvimento dos atores é menos voluntário e não são aplicados recursos. Essa participação não desenvolve interesse, nem desinteresse, sendo que pode evoluir para uma outra forma de participação.

A última classificação é a participação passiva. Essa possui comportamentos de desinteresse e de desatenção das possibilidades de participação existentes. Nessa participação o envolvimento dos atores é mínimo ou inexistente.

O último critério evidenciado por Lima (1988,1992) é a orientação. Esta é a execução dos objetivos, onde os atores podem aceitá-los ou rejeitá-los. A orientação pode ser dividida em duas partes: a convergente e a divergente. Na convergente, a participação é encaminhada

para a realização dos objetivos e os atores reconhecem o ponto de vista normativo. Na divergente, as orientações são contrárias às estabelecidas pela organização.

Para essa tese, o envolvimento das crianças na participação é o critério mais relevante que se engloba na análise que foi realizada sobre o envolvimento das crianças a participar.

Para alguns autores, a participação é considerada como um processo híbrido, que pretende capturar a ideia de que a participação não acontece em todos os momentos e que as crianças não a veem como um processo regular. Se considerarmos a participação como um processo híbrido, é possível analisar as várias intensidades e os diferentes níveis que a criança atribui à participação. Como já foi referido, a participação é um processo complexo que precisa de ter em conta a necessidade dos atores, os aspetos que ela possui e a sua própria capacidade de gerar influências.

Assim, a participação pode ser considerada um processo multidimensional que avisa a necessidade de ter em conta os diferentes aspetos que influenciam a participação das crianças. Da mesma forma, é preciso assumir a participação como um processo complexo, que engloba a identidade e a diversidade da infância (Sarmiento, 2013), e que se situa em contexto específico de vida das crianças, que a influenciam direta e indiretamente.

Em suma, a partir da revisão por Gabriela Trevisan (2014), encontramos descrito a teorização da participação que demonstra a complexidade do processo.

Entre todos os meios de participação existentes, irei focar-me apenas num, que é um dos mais importantes: o contexto escolar. O meio escolar é um dos contextos onde as crianças passam a maioria do seu tempo, depois do contexto familiar. Esse contexto desenvolve a educação das crianças e forma-os para o seu futuro. Para além do desenvolvimento educacional dos alunos, a escola permite a participação dos mesmos no seu projeto. Alguns autores, como Magalhães (2015) ou Simões (2016), indicam que o contexto escolar não promove sempre a participação dos alunos e não valoriza o papel do aluno no meio escolar. Para além da falta da importância das ações das crianças na escola, os alunos não são motivados a participar pelos principais envolvidos que são os pais, professores e gestores da escola (Simões, 2016). Como a participação das crianças não é realçada pela escola, os alunos não se sentem integrados e não adquirem motivação para participar ativamente no contexto escolar. Isso transmite uma perceção da escola como um lugar obrigatório, onde as suas ideias e pensamentos não são postos em conta (Negrão, 2015); este pensamento desmotiva a criança e atenua o desenvolvimento dos alunos. Além disso, a participação desenvolvida e realizada

possui críticas que não a favorece. A primeira crítica é que mesmo realizando atividades para incentivar a participação, estas não estão focadas no meio ou domínio escolar, o que cria divisões e grupos entre os alunos (desigualdade social). A segunda crítica vem do facto de que as ações realizadas e direcionadas apenas para a escola não fornecem aos participantes uma grande autonomia, sendo que as decisões não são realizadas por eles, mas por uma terceira pessoa (pais, professores ou Estado) (Sarmiento, 2005).

As formas de participação em que as crianças podem desenvolver no meio escolar são várias, pois os alunos podem participar na gestão escolar, em que é eleito o representante dos mesmos para argumentar com os professores durante as reuniões, na comunidade escolar, na rádio da escola, e no espaço escolar. A organização escolar pretende fornecer às crianças algumas experiências democráticas. Essas experiências são chamadas “educação democrática” (Lima, 1992). Pela consideração da educação democrática, Pereira (2009) considera que a educação é o potenciador da cultura cívica em que a escola seja um contexto onde é possível desempenhar papéis e construir relações formais e informais. Assim, os alunos podem viver uma real experiência de democracia, algo que os prepara para o futuro.

Isso mostra o quanto é importante a participação dos alunos ao nível da organização escolar, mas esta não é o único âmbito em que as crianças podem participar. As escolas desenvolvem as políticas públicas educacionais. Como referi anteriormente, as políticas públicas podem ou não estimular a participação. No contexto escolar, os projetos desenvolvidos pretendem estimular os alunos a participar e a desenvolver a comunidade escolar. Uns dos projetos mais realizados nas escolas é a rádio e o jornal escolar. Desenvolvido pelos alunos e um ou mais professores responsáveis, esses projetos permitem aos alunos criar algo de novo e a sua realização. As informações transmitidas por esses dois meios são benéficas para todos e motivam os alunos a desenvolver novas ideias. Outro ponto importante em que as crianças podem e devem participar é o espaço escolar. O espaço limpo e arrumado da escola é uma tarefa de todos e é uma questão de civismo. Por isso, todos têm de participar na manutenção e desenvolvimento do espaço escolar com a finalidade do bem-estar de todos. Esses dois últimos exemplos não são sempre bem acolhidos pelos alunos, o que leva os mesmos a uma não participação nesse projeto.

Para poder estimular a participação das crianças no contexto escolar, o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, decidiu criar novas medidas. Assim, foi criado em Portugal o Orçamento Participativo das Escolas, segundo o Despacho nº436-A/2017. Esta medida foi elaborada baseando-se no Orçamento Participativo Municipal.

O Orçamento Participativo Municipal foi criado para poder desenvolver a participação dos cidadãos. Esta medida é desenvolvida por alguns municípios do país e pretende contribuir para o exercício de uma intervenção ativa e responsável dos cidadãos nos processos democráticos locais. Para poder caracterizar esta medida, foi estudada a Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Guimarães e o Regulamento do Orçamento Participativo da mesma cidade. São vários os objetivos dessa medida:

- 1- Incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, para poder encontrar soluções aos problemas, considerando os recursos disponíveis.
- 2- Contribuir para uma educação cívica, permitindo aos cidadãos assimilar as suas preocupações pessoais, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação;
- 3- Adaptar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos cidadãos, para poder melhorar a qualidade de vida ;
- 4- Alargar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia.

O Orçamento Participativo é um processo que possui um carácter consultivo e deliberativo. Para a dimensão deliberativa os cidadãos podem apresentar propostas de investimento, que serão submetidos a votos e depois integradas no Plano de Atividades Municipais. Para a dimensão consultiva, os cidadãos são e serão consultados para definir as prioridades de investimento para o OP e o Plano de Atividades da Câmara Municipal.

Para poder participar no Orçamento Participativo e apresentar uma proposta é preciso ter mais do que 16 anos, e serem estudantes, trabalhadores ou residentes no município em que pretendem entregar a proposta. Além disso, é preciso inscrever-se no portal digital do município; no caso de Guimarães, o cidadão tem que se inscrever no portal do OPM de Guimarães.

Este processo é constituído por um ciclo anual de sete fases:

- 1ª Fase: Avaliação do ano anterior e elaboração do novo ciclo, definindo todo o processo, incluindo as verbas e a articulação com as diferentes Juntas de Freguesias;
- 2ª Fase: Divulgar ao público o processo e apresentação das diferentes propostas através do portal digital ou nas assembleias participativas;

- 3ª Fase: Análise das diferentes propostas pelos serviços municipais;
- 4ª Fase: Período de Reclamações;
- 5ª Fase: Decisão sobre as reclamações, elaboração e apresentação das propostas a submeter à votação;
- 6ª Fase: Votação dos projetos;
- 7ª Fase: Apresentação pública dos resultados, integração das propostas votadas no Plano de Atividades do Município e elaboração dos relatórios para avaliação.

Todos os cidadãos podem apresentar uma proposta para o Orçamento, respeitando os requisitos para a submissão das propostas. Todos os cidadãos, incluindo os que não apresentaram propostas, podem votar nas propostas submetidas à votação.

Como referi anteriormente, o Orçamento Participativo das Escola foi elaborado com base no Orçamento Participativo Municipal, mas os seus objetivos e procedimentos diferem. O OPE possui como objetivo estimular a participação cívica e democrática dos estudantes. Essa norma consiste em desenvolver projetos propostos pelos alunos da escola para poderem melhorar o espaço/contexto escolar. Cada processo é regulamentado e o responsável é o coordenador dos projetos da escola. Esse coordenador é o diretor da escola ou outro professor indicado por este. Os temas e projetos são desenvolvidos pelos alunos e os professores são presentes como ajudantes. A duração de cada medida é de um ano civil e o projeto eleito é executado até o fim do ano civil. A eleição do projeto que será executado é marcada como o dia nacional do estudante, dia 24 de Março, ou em dias anteriores se for impossível a realização da eleição nesse dia. Esta medida é essencialmente para os alunos de 3º ciclo e do ensino secundário.

Como foi referido, o Orçamento Participativo das Escolas é o seguimento do Orçamento Participativo Municipal, mas focado na escola e nos alunos. E como este, o OPE é organizado em cada ano civil e é composto pelas etapas seguintes:

- 1ª Etapa: Definição da coordenação e divulgação dos procedimentos para apresentação das propostas;
- 2ª Etapa: Desenvolvimento e exposição das propostas;
- 3ª Etapa: Divulgação e debate das propostas apresentadas;
- 4ª Etapa: Votação das propostas;

- 5ª Etapa: Apresentação dos Resultados ;
- 6ª Etapa: Planeamento da execução da proposta;
- 7ª Etapa: Execução da medida;

Cada uma dessas etapas possui uma finalidade e uma certa duração. O tempo de processo de cada uma é definida pelo regulamento do OPE. Para a primeira etapa, o processo deve concluir-se até ao final de Janeiro. A segunda etapa vai até final de Fevereiro e é a partir da terceira etapa que a duração é modificada. A divulgação e o debate de cada proposta ocorre nos 10 dias que precedem a votação. Essa acontece no dia 24 de Março, ou num dia útil anterior se não for possível a sua realização nesse dia. Após a votação, os resultados são apresentados nos cinco dias após o processo democrático. Para poder planear a execução da proposta eleita, as escolas têm até ao final de Maio, sendo que a proposta tem que ser realizada até ao final do ano civil.

Cada proposta é desenvolvida por um grupo de alunos e têm até ao final de Janeiro para a entregar. Essa proposta tem que ser regulamentada segundo as regras do OPE. Para as propostas, o regulamento indica que:

- 1- Cada proposta é subscrita por um estudante ou um grupo de máximo cinco elementos, todos eles estudantes;
- 2- Cada proposta contém um texto de 1000 palavras, que a apresenta e que explicita a sua compatibilidade com as medidas existentes na escola;
- 3- Cada proposta não pode exceder o montante orçamental disponível, que é diferente para todas as escolas.
- 4- A proposta tem que ser exequível durante o ano civil;
- 5- Cada proposta tem que ser apoiada por, pelo menos, 5% dos alunos da escola.
- 6- A proposta tem que identificar uma mais valia para a escola; isso significa que cada proposta tem que trazer algo de benéfico para o contexto escolar.

Depois de ser entregue e aprovada, todas as propostas são apresentadas em assembleia de alunos e realiza-se um debate. Este permite a todos os alunos defender a sua proposta e demonstrar o quanto a sua é mais importante do que a proposta do outro grupo. Após o debate, o Conselho Geral do Agrupamento, ou da escola, nomeia uma comissão eleitoral, constituída por um professor e um conjunto de estudantes. Esta comissão é responsável por todo o processo de eleição, da abertura dos votos até a contagem, e é a responsável pela apresentação dos resultados nos cinco dias após a eleição.

Após a votação e a apresentação dos resultados, cada escola deve integrar a proposta vencedora no seu Plano de atividades e a executar até ao final do ano civil. Cada escola possui a responsabilidade de garantir a execução da proposta e que o resultado seja benéfico para todos os alunos da escola. Se a verba que a escola dispõe não é esgotada, o conselho administrativo e a escola podem decidir desenvolver a segunda proposta escolhida durante as eleições.

Todas as informações sobre o OPE são fornecidas às escolas através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Educacionais. A supervisão da medida é dirigida pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Baseando-se nas informações fornecidas pelo Orçamento Participativo das Escolas, 93% das escolas do país participaram na edição do ano passado do OPE, sendo que praticamente meio milhão de alunos votaram e o número de propostas apresentadas foram de 4731. Isso mostra o quanto os alunos se interessaram na participação e na elaboração das propostas para melhorar o contexto escolar.

Ao longo deste capítulo apresentamos várias informações sobre a Participação Infantil e como ela é desenvolvida, iniciando o estudo com a evolução do papel da criança e da sua participação ao longo dos anos, desde a Idade Média até hoje. Nessa primeira parte, observamos que a participação e o papel da criança sofreram vários melhoramentos, mas a visão nem sempre foi justa, pois considerou-se a infância como algo de desnecessário; hoje, porém, ela é tida como um ser frágil que não é suficientemente valorizado. Essa valorização é cada vez mais demonstrada pelos autores, e são vários os projetos e atividades desenvolvidos para que a criança e a sua participação sejam presentes na nossa sociedade. Essa participação infantil, cada vez mais presente, e a ideia de envolver as crianças em diferentes processos e contextos vai evoluindo pouco a pouco. Para este estudo, centro-me especificamente sobre a participação no contexto escolar, em que a criança pode participar em várias experiências e assim adquirir competências. Essa participação não é sempre valorizada e, como é apresentado em alguns estudos, são algumas vezes os próprios adultos que travam a participação das crianças nessas experiências. Sendo assim, os projetos e medidas que envolvem o contexto escolar e as crianças são cada vez mais. Uma dessas medidas é o Orçamento Participativo das Escolas que traz às crianças a possibilidade de apresentar uma proposta para melhorar o contexto escolar. Baseado no Orçamento Participativo desenvolvido para os municípios, o OPE é cada vez mais executado e os alunos tornam-se presentes no

desenvolvimento desse processo. Por isso, essa é uma das medidas que faz evoluir o papel das crianças no contexto escolar e a sua participação.

CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1. Objetivos

Para orientar a investigação, cada projeto possui uma finalidade ou objetivo. Este objetivo contém uma vertente geral, que se pretende investigar, e uma vertente mais específica. Ao atingir todas as especificidades é possível atingir, ou não, o objetivo geral.

2.1.1. Objetivo Geral

O objetivo primordial deste projeto é a análise e caracterização da participação das crianças nas atividades e projetos desenvolvidos pelo Orçamento participativo.

2.1.2 Objetivos Específicos

Ao longo deste projeto pretende-se observar o decorrer as atividades letivas escolares e verificar se:

- Ocorrerá um desenvolvimento de competências durante a participação nos projetos desenvolvidos;
- A participação nos projetos desenvolvidos traz ao contexto escolar uma “evolução”, e se a mesma acrescenta algo à criança e ao contexto;
- É possível transmitir essa “evolução”.

2.2. Tipo de investigação.

Como é possível observar nos objetivos, este estudo foca-se sobre a caracterização e análise da participação dos alunos no meio escolar. Por isso, a investigação que se foi realizando, possui um carácter qualitativo.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características muito importantes que valorizam a utilização deste método conforme o objetivo do estudo. Essas cinco características são as seguintes: a fonte dos dados é o meio natural do ou dos sujeitos e o investigador é o agente na recolha dos dados; os dados que o investigador recolhe são descritivos; este método interessa-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; a análise dos dados é feita de forma indutiva; e o objetivo do investigador é tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências.

Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa pode ser separada em duas formas: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Estes dois ramos são cada vez mais utilizados no meio escolar. No caso deste estudo, o ramo destacado é o estudo de caso.

Segundo os mesmos autores, o estudo de caso possui várias características que valoriza este tipo de pesquisa. As principais características deste tipo de investigação são a possível descoberta de novos elementos e os aspectos importantes para a investigação; destacam a interpretação no contexto; usam uma variedade de fontes de informação; permitem generalizações naturalistas; procuram representar as diferentes perspetivas presentes numa situação social; e utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível.

2.3. Contexto da investigação:

Chegado o momento da escolha do contexto ou meio, a decisão deve ser bem pensada, sendo que, a participação é mais presente na escola e o objetivo de estudo do Orçamento participativo será no meio escolar. Por isso o meio, ou contexto, do estudo será o meio escolar (Cruz, 2016; Magalhães, 2015; Negrão, 2015; Simões, 2016).

Referindo a um estudo de caso, este estudo foi desenvolvido apenas numa escola. Existindo várias escolas no país, foi decidido reduzir a escolha segundo alguns critérios. De início, são desejáveis apenas as escolas que possuem projetos com base no Orçamento participativo. De seguida, foi decidido reduzir a escolha às escolas no norte do país, mais precisamente nos arredores de Braga e Guimarães. Depois desses dois critérios, foi possível reduzir a escolha a uma dúzia de escolas, sendo que, de seguida, foi selecionada entre as várias escolas aquela que permitia a possibilidade da realização do estudo em causa.

Desta forma decidiu-se que a investigação será desenvolvida no Agrupamento de Escolas de Briteiros, na cidade de Guimarães. Esta escola possui alguns projetos desenvolvidos anteriormente com o Orçamento, sobre os quais irá disponibilizar os seus resultados, assim como informações sobre os novos projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo 2017/2018.

2.4. Técnicas de recolha de dados.

Para poder desenvolver a investigação, é necessário definir quais serão as técnicas de recolha de dados a utilizar para recolher a informação junto dos alunos inquiridos, assim como as técnicas de análise e compreensão das informações obtidas durante a recolha de dados.

Para a recolha de dados, iremos realizar entrevistas, análise documental e o *focus groups*. As entrevistas serão realizadas aos professores e profissionais de educação. Essas entrevistas serão para recolher a informação sobre o modo da participação a desenvolver no contexto escolar e outras opiniões. Assim permitirão perceber a ideia dos profissionais de

educação sobre a participação e o orçamento participativo. Para além das entrevistas, será realizada uma análise documental da carta de princípio do Orçamento participativo, assim como de outros documentos que englobem a participação das crianças e dos profissionais. Para compreender as ideias e opiniões do principal público que são os alunos, será realizado um *focus group*, que consiste em entrevistar, não apenas uma pessoa, mas um grupo de pessoas, permitindo assim a recolha de várias informações diferentes ao mesmo tempo. Essa técnica será realizada por grupos para não existir confusão na apresentação das propostas. O grupo não será uma turma inteira, mas serão dois grupos de anos de idades de 8 a 10 crianças. As perguntas presentes nas entrevistas dos professores serão presentes no *focus group* realizado aos alunos, mas serão presentes como tópicos e não como perguntas.

A nível da análise de dados, cada instrumento (entrevista, documentos e focus group) será analisado individualmente e, posteriormente, os resultados serão comparados entre si. Essa verificação conduzirá à análise e à investigação sem preconceitos e sem exclusão da informação. Isso porque, ao comparar várias entrevistas e documentos, podemos observar semelhanças e diferenças. No entanto, ambas são importantes na investigação, uma vez que fornecem informações, direta ou indiretamente, que serão relevantes no fim.

2.5. Aspectos éticos:

Ao longo do processo de investigação, é possível acontecer e levantar alguns problemas éticos e morais. Para não acontecer nenhum problema, que seja de natureza ética ou moral, é preciso respeitar algumas regras. Como refere Fortin (1999), “a ética, no seu sentido mais amplo, é a ciência da moral e a arte de dirigir a conduta”(p144).

As regras de aspeto ético e moral são, na maioria, presentes na Declaração dos Direitos Humanos, e em toda a Legislação dos Organismos Estatais que possuem regras específicas segundo a natureza do estudo.

Para a realização deste estudo, foi pedido ao Diretor do Agrupamento de Briteiros a autorização para a realização do estudo. Por além disso, foi respeitado o anonimato dos alunos participantes, não tendo nenhuma referência sobre quais foram os alunos que participaram no focus group. No caso dos professores, apenas foi referenciado o cargo desses no presente ano letivo. Para os alunos, foi solicitado o consentimento informal dos mesmos, para a participação no *focus group*.

2.6. População e Amostra:

Neste estudo, a população-alvo é os alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Briteiros.

A amostra da investigação é constituída por três professores responsáveis ou integrados nos processos do Orçamento participativo, e dois grupos de alunos, um do 2º e outro de 3º ciclos. Cada grupo de alunos era composto de 6 a 8 crianças. Todos os alunos presentes no *focus group* participaram por iniciativa deles, solicitando o seu consentimento, como referi anteriormente.

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

Ao longo dos capítulos anteriores, foi apresentado e explicado o conceito do Orçamento Participativo e foram descritos os métodos que foram utilizados. Neste capítulo passaremos a analisar as respostas do público alvo às entrevistas e iremos resumir a execução do Orçamento Participativo no Agrupamento de Escolas de Briteiros (AEB), efetuando uma comparação com o regulamento do OP segundo o despacho n.º 436-A/2017.

O Orçamento Participativo é desenvolvido nas escolas com alunos do 3ºciclo do ensino básico e/ou do ensino secundário. O AEB possui 2º e 3º ciclo do ensino básico e o OP engloba os dois ciclos, sendo que o orçamento fornecido é dividido, para que o 3ºciclo não seja favorecido comparado ao 2ºciclo. Em cada escola o diretor coordena o OP e pode delegar a coordenação do OP a um professor do agrupamento/escola. No caso do AEB, o Orçamento Participativo é coordenado pelo diretor e por um professor.

O Orçamento Participativo é desenvolvido ao longo do ano letivo dividido em várias etapas. A primeira etapa consiste em designar a coordenação e divulgar o prazo de entrega das propostas até ao fim do mês de Janeiro. A seguir, as propostas são desenvolvidas e apresentadas até final de fevereiro. Depois da apresentação das propostas, elas são debatidas e são submetidas a um voto no dia 24 de Março, ou num dia anterior diferente se é impossível proceder a eleição nesse dia. Os resultados são divulgados 10 dias após a eleição. As propostas escolhidas nas eleições são planeadas até final de Maio e executada até o fim do ano civil.

No AEB, o Orçamento participativo é desenvolvido segundo as etapas anteriores, acrescentando algumas etapas. As diferentes propostas para o OP são escolhido, em primeiro lugar, por turmas, e de seguida é debatido as propostas durante as assembleias. No fim do debate, o resto das etapas ocorrem como foi apresentado anteriormente.

Todos os processos do Orçamento Participativo tem que respeitar o regulamento do Orçamento Participativo presente no despacho de lei nº436-A/2017. Nesse regulamento são também referenciadas as regras para a apresentação das propostas e da execução do debate e da eleição.

O AEB apresenta-nos uma forma diferente da execução do OP, respeitando os pontos mais importantes, para que o OP seja usufruído por todos os alunos do agrupamento e não apenas por uma parte dos alunos.

Com vista a atingir os objetivos definidos para o estudo, procuramos conhecer, junto dos professores e dos alunos, vários pontos, focando-se principalmente sobre o meio escolar. Por isso, as perguntas que foram feitas nas entrevistas centram-se sobre a opinião, a(s) função(ões), a motivação, a participação e as competências e as possíveis alterações. Essas cinco características foram abordadas, seja com os professores, seja com os alunos.

Quais as opiniões sobre a escola e os projetos do Orçamento Participativo?

No meio escolar, são várias as opiniões que alunos e professores podem ter. A primeira opinião que procura conhecer é sobre a Escola e os projetos do Orçamento Participativo.

No caso dos professores, as respostas foram centradas no que se refere aos projetos do Orçamento Participativo. Esses projetos são muitos importantes, segundo os professores, e trazem algo de diferente, que apresenta inovação e é importante. Um exemplo dessa novidade é o aspeto da implementação de medidas e atividades no meio escolar de forma democrática, porque são os alunos a votar e a escolher em grupo. Citando um dos professores, “ (...) *é importante, permite aos alunos ter uma visão do que se faz hoje em dia ao nível democrático (...)*”.

Para os alunos, as respostas são variadas e cada um tem uma visão própria da escola e dos projetos. No que toca à escola, as respostas são variadas e caracterizam-na, para alguns, como algo de aborrecido, porque os leva a ter de acordar cedo para ir para a escola. Mas para outros, o espaço escolar traz experiências novas e lições para a vida. Alguns alunos responderam dizendo “(...) *a escola é uma seca, é preciso acordar cedo(...)*” ou então “(...) *eu gosto de ir a escola, dá para aprender alguma coisa nova todos os dias(...)*”. No que se refere aos projetos do OP, os alunos afirmam que é algo de novo e bom para refletir. O ponto negativo que todos os alunos referiram é que o tempo de execução dos projetos é muito longo, o que traz uma baixa motivação na participação para os alunos que mudam de escolas depois do fim do ano. Alguns deles referem que “(...) *no proximo ano já não estamos aqui por isso não há vontade em participar(...)*”.

Quais são as funções dos professores e dos alunos no desenvolvimento dos projetos.

As funções do professores e dos alunos não são sempre bem explícitos e pode haver algumas confusões sobre quem são os responsáveis e suas funções. Por isso, as perguntas sobre as funções permitem dar a saber quais são as função que cada um possui, e qual será a função do professor e vice-versa.

Para os alunos, as suas funções nos projetos são: decidir qual é o tema que será desenvolvida, segundo os recursos disponíveis e o objetivo que terão de atingir (melhorar o espaço escolar, a convivência, outro), e criar um projeto com base na tema. No que se refere aos professores, os alunos afirmam que a função deles é de orientar e coordenar os alunos na escolha do tema e na elaboração do projeto. Durante as orientações, os alunos indicam que problemas de comunicação podem aparecer, mas esses são resolvidos com ajuda de outros. Os alunos referem que “ (...) *apenas os professores responsáveis interessam-se dos projetos e das nossas dificuldades (...)*”.

Foram entrevistados três professores. Para os professores, as suas funções são distintas mas complementares. Dois dos entrevistados possuem a função de representantes e coordenadores dos alunos em cada ciclo. O professor que falta possui uma função mais administrativa que consiste na preparação das eleições para determinar a escolha dos projetos e da verificação da execução desses. No que se refere às funções dos alunos, todos afirmam que a função dos alunos é a escolha do tema, como também o desenvolvimento do tema num projeto de possível execução. Este será posto em ação pela decisão dos próprios alunos. Todos os diferentes processos, da escolha do tema inicial na turma, até a escolha do projeto que será desenvolvido em cada ano, são realizados em assembleias e em eleições. É durante esses dois momentos que cada aluno poderá argumentar a favor do seu projeto e rejeitar o projeto de outros. Cada processo possui regras e cada um é vigiado por um professor. No fim das eleições, os projetos vencedores serão, no ano seguinte, executados pelos professores e responsáveis dos projetos. A ideia de integrar os alunos que desenvolveram o projeto na execução do mesmo foi apresentada e poderá ser realizada segundo o projeto desenvolvido. Isso significa que segundo este projeto, os alunos poderão participar na sua execução.

Qual é motivação e a participação dos alunos e como se caracterize essa mesma participação?

Ao longo do ano letivo e do desenvolvimento dos projetos, os alunos possuem motivações e participações diferentes. Esses dois pontos são complementares e são importantes, uns e outros.

Para os professores existe uma certa diferença na participação dos alunos. Ao longo do desenvolvimento dos projetos, existem alunos que participam desde o início com motivação, e outros que só encontram motivos para participar no fim. Os professores responderam que “ *os alunos são motivados, eles gostam deste tipo de desafios. Depois de iniciar o processo, é uma questão de hábito e são interessados pelos projetos*”. Existem alunos que vão participar desde o início a competir e a preparar a melhor ideia que pode haver, outros participam mais no fim, quando chega o momento das escolhas e que estão presentes sobretudo para defender o seu projeto da melhor maneira que conseguirem. Por isso, existe uma certa evolução na participação, sendo que uns só participam perto do fim da reta, mas a maior parte das vezes, todos os alunos participam e encontram alguma motivação para participar e obter o melhor projeto do ano.

Para os alunos, o nível de participação é diferente entre o início e o fim. Para os alunos mais velhos, a motivação em participar é pouco presente por ser o último ano deles na escola e não poder usufruir da ideia quando ela for executada. Para os outros alunos, a motivação em participar é apenas presente para alguns no início, porque nem todos eles acreditam que as ideias vão ser aceites. Cada vez que o fim do ano se aproxima, os alunos afirmam que a motivação é cada vez maior e a participação dos colegas aumenta, isso porque todos os alunos querem ter a satisfação de dizer que o seu projeto foi o vencedor da eleição. Mesmo os que diziam que não iam participar por não verem o projeto a ser realizado acabam por participar, por saber que foi escolhido o seu projeto. Os alunos evidenciam “ *(...) somos mais motivados a participar e existe mais participação no momento das eleições (...)*”. Os alunos referiram, também, que apenas o professor responsável pelo desenvolvimento dos projetos se preocupa pela participação dos alunos no desenvolvimento destes .

Quais são as Competências desenvolvidas?

Durante o desenrolamento dos projetos, foi possível observar que as crianças adquiriram e melhoraram algumas competências. Além disso, procurou-se descobrir de que forma é possível observar a evolução dessas competências e se existe uma relação entre a participação dos alunos e o desenvolvimento das mesmas.

Segundo os professores, as competências que evoluíram e que ressaem mais são as competências de observação, isto é, visão do projeto e do espaço escolar e a reflexão sobre o que se pode desenvolver e o porquê dessa ideia ser importante a ser desenvolvida assim com a responsabilidade cívica. O termo “visão”, que aqui corresponde a uma competência, mostra-nos que as crianças conseguem perceber de que forma é que o projeto que eles desenvolvem os vai afetar e à escola inteira. Conseguem perceber que o desenvolvimento de um projeto, como a requalificação de uma sala ou o melhoramento das condições durante o tempo de chuva, tem que beneficiar a toda a comunidade escolar e não apenas a uma turma ou a um ano específico. A outra competência que os professores abordaram foi a reflexão. A reflexão ajuda muito a perceber a visão de um projeto ou de algo, como foi referido anteriormente, mas também permite aos alunos perceberem que não é apenas preciso algo físico. Por exemplo, os alunos conseguem perceber que a requalificação de uma só sala pode ser menos importante que os melhoramentos que favorecem o bem-estar de todos os alunos.

A última competência é a responsabilidade cívica. Essa qualidade mostra-nos que os alunos percebem que algumas ideias não precisam de ser desenvolvidas através de um projeto como esse, podendo ser realizado mudando alguns comportamentos do dia-a-dia, como por exemplo o facto de manter limpo o espaço escolar. No que se refere à evolução dessas competências segundo a participação, os professores observaram que as competências são mais presentes nos alunos com uma forte participação nos projetos, mas que no final dos mesmos todos os alunos acabam por participar de uma maneira ou outra na elaboração dos projetos o que origina a presença das competências em todos os alunos, incluindo os que participam mais na parte final. Além disso, os professores realçam que “ (...), *as crianças possuem uma maturidade diferente ao encarar estes projetos (...)*”.

No que se refere aos alunos, as competências que mais evoluíram durante o desenvolvimento dos projetos foram a linguagem formal, a importância dos bens próprios e comuns que possuem, a gestão dos recursos e o desenvolvimento de um projeto. Essas competências podem ser consideradas básicas para alguns que lhes atribuem grande valor porque permitem adquirir experiências neste momento adquiridos que serão úteis e continuarão a ser desenvolvidas ao longo das diferentes experiências que irão ter duante à sua vida.

Quais são as possíveis Modificações a realizar?

Para finalizar as entrevistas, perguntou-se aos professores quais são as possíveis modificações a serem possíveis fazer no Orçamento Participativo para melhorar a sua implementação e os projetos desenvolvidos.

Para os alunos, a principal característica que gostariam de modificar é o tempo da execução dos projetos sendo que existem alunos que não podem assistir aos resultados do seu projeto por terem mudado de escola no fim do ano como também a “ (...) *restrição da atuação dos projetos (...)*”. O segundo ponto que eles alteravam, não é algo sobre o processo do Orçamento participativo, mas acrescentavam novos objetivos e novas ideias aos projetos desenvolvidos.

Para os professores, as alterações possíveis são poucas mas as mais prementes são o acréscimo de tempo para observar a evolução da execução do Orçamento participativo e ter mais professores responsáveis pelos projetos para diversificar as opiniões e ideias que podem surgir. Outra ideia que surgiu ao longo das entrevistas é a entrega de um prêmio especial aos melhores projetos propostos donde se retiraram ideias novas poderão ser guardados pelos professores para uma possível realização no futuro.

Para todos os entrevistados, os projetos que foram propostos e realizados com o Orçamento participativo permitiu melhorar o espaço escolar, mas também trouxe novas experiências e ideias que serão aproveitadas e desenvolvidas. Essas novas experiências e ideias favorecem a escola e a comunidade escolar e melhoram o bem-estar de todos, seja alunos, seja professores. Os professores evocaram que o Orçamento participativo é uma mais valia que pode sempre favorecer todas as escolas, isso porque o facto dos alunos refletirem e elaborarem um projeto para alcançar um objetivo é importante e traz novos conhecimentos e experiências a todos, alunos e professores. Os professores expressaram que “(...) *o projeto é sempre benéfico para a escola porque permite melhorar o espaço escolar (...)*” e que o Orçamento “ (...) *acrescenta sempre algo a uma escola mesmo se é apenas o exercício de pôr os alunos a falar e discutir sobre ideias para melhorar a escola (...)*”.

CONCLUSÃO:

Nesta última parte serão apresentados algumas conclusões sobre toda a investigação realizada acerca da participação dos alunos nos projetos do Orçamento Participativo.

No decorrer do estudo foi procurado atingir o objetivo geral do estudo, que consiste em analisar a participação dos alunos nos projetos desenvolvidos através do Orçamento Participativo das Escolas. Mas para o atingir, foi preciso realizar várias pesquisas e observações para assim poder recolher informações suficientes à realização desse estudo.

De facto, a recolha de informações, ao nível teórico, foi complicada, sendo que as informações sobre a participação, seja no contexto escolar, seja em qualquer outro contexto, é variada e complexa. No que se refere à informação sobre o Orçamento Participativo, esta é limitada, pois trata-se de uma medida posta em ação recentemente. Mesmo assim, foi possível encontrar várias informações que permitiram compreender a ligação do OP com a participação escolar e os seus benefícios para todos e para a escola. Essa ligação é que permite aos professores e responsáveis perceber qual é a visão dos alunos sobre a escola e o espaço escolar e quais são as melhorias que podem ser efetuadas. Para os alunos a medida também é benéfica porque permite-lhes serem ouvidos pelos professores e manifestarem as suas novas capacidades e habilidades.

Como referência na parte metodológica, este é um estudo de caso específico, o Agrupamento de Escolas de Briteiros, que executa a medida pelo segundo ano consecutivo. Esta escola disponibilizou toda a ajuda que foi preciso para a realização do estudo e o grupo liderado participou sem nenhum problema nas entrevistas realizadas. A amostra desse estudo poderia ser considerada limitada, mas foi o suficiente para poder alcançar o objetivo referenciado anteriormente, dado que as respostas que todos os participantes forneceram foram complexas e transmitiram várias informações benéficas para o estudo. Todas essas informações recolhidas foram analisadas, em primeiro lugar de forma específica, e de seguida, de forma geral. Como se trata de um estudo qualitativo, e mais especificamente de um estudo de caso, essa análise não foi realizada, pretendendo generalizar a resposta de todos os participantes. Essa generalização não ocorreu porque usei perguntas diversificadas e claras, e assim a escolha de vários professores e alunos trouxeram visões diferentes uns dos outros.

É na terceira e última parte que essa análise é realizada. Ela apresenta o Orçamento Participativo como uma medida que traz uma clara modificação da participação dos alunos e de motivação para poder realizar o seu projeto. Essa motivação para participar e realizar um

projeto é originada pela vontade de poder realizar algo por eles mesmos, assim, a competitividade está presente entre todas turmas e todos querem poder executar o seu projeto e dizer que eles sobressairam e foram vencedores e que o resultado foi fruto do empenho. Essa realização traz ao aluno uma visão prática do “eu sou capaz” e a satisfação de ter realizado algo, mesmo pequeno na vida.

No Agrupamento de Escola de Briteiros, foi possível observar algumas das habilidades que os alunos adquiriram através do diálogo desenvolvido com eles. Cada um deles explicava, por suas palavras, o quanto a escolha das ideias era difícil e que nem todos concordavam. Isso, permitiu que os alunos organizassem as suas ideias e que escolhessem qual era a mais importante e a mais realizável. Mesmo não estando eu presente durante um longo período, os alunos apresentaram as principais dificuldades que eles tinham e o que era realmente fácil. Foi possível observar, também, como é que as eleições eram elaboradas e quais eram os responsáveis para isso. Mesmo se as eleições foram planeadas e preparadas pelos professores, os responsáveis pelo decorrer delas eram os alunos. Isso permitiu aos alunos envolver-se numa ação democrática. Toda a observação decorreu num tempo curto, mas trouxe imensa informação da parte dos alunos e dos professores. Esses disponibilizaram tempo para poder responder a todas as perguntas existentes sobre a OPE e transmitiram informação superior à que eu esperava. Toda a informação recolhida foi importante e aproveitada. Alguma dessa informação permitiu trazer mais perguntas do que existiam inicialmente.

Toda a análise realizada dos dados recolhidos ao longo do estudo trouxe várias informações e perguntas sobre o Orçamento Participativo das Escolas. Essa medida é executada em algumas escolas do país e estende-se ao longo dos anos. Neste momento, são várias as escolas que executam a medida e que permitem aos alunos exercer o direito de democracia e de serem ouvidos. Assim, o Orçamento permite às escolas descobrir quais são as modificações que podem ser urgentes para serem realizadas no espaço escolar. Para os alunos, o OPE traz novas expectativas e descobertas sobre a escola e do que eles são capazes. Esta medida leva os alunos a descobrir neles capacidades novas que serão úteis, não obrigatoriamente agora mas num futuro próximo. O planeamento de um projeto realizado em grupo transforma a ideia da escola e deles mesmos porque a reação e o pensamento de cada aluno é diferente. A reação de alunos mais tímidos ou da ideia de crianças excluídas do grupo pode criar novas amizades e novos grupos. A descoberta de si mesmos e dos outros através dum projeto em que eles e os outros alunos podem beneficiar, já é uma motivação para a participação das crianças.

As capacidades desenvolvidas pelas crianças são apenas um dos benefícios que a medida traz. Isso porque a valorização das ideias é algo muito importante para as crianças, porque não é sempre a melhor ideia que é executada. Mesmo se a ideia realizada é escolhida através de uma eleição, a proposta eleita pode realçar o que é mais urgente no momento e não a proposta mais interessante, que pode ser realizada agora ou depois. Por isso, os professores guardam essas ideias interessantes para poderem ser desenvolvidas posteriormente. Essa opção da ideia ser guardada traz aos alunos um sentimento de consideração positiva sobre a ideia fornecida. Isso foi demonstrado nos resultados obtidos através das entrevistas, onde um professor explica que as melhores ideias podem ser guardadas para poderem ser executadas durante o ano.

Os resultados obtidos trouxeram várias respostas sobre a forma como é desenvolvido o OPE. As informações sobre a execução de uma medida como essa são poucas e a observação da aplicação de tal foi muito enriquecedora ao nível de conhecimento. Como referi anteriormente, as informações obtidas através da observação são várias, mas os dados adquiridos na entrevistas também foram interessantes. As entrevistas aos professores e aos alunos foram realizadas de forma aberta, o que trouxe várias informações sobre diversos assuntos, sem ser o OPE. Assim surgiram algumas perguntas complementares às previstas. Esse estudo traz uma visão clara do o que é o Orçamento Participativo das escolas e de como esta medida é aplicada numa escola, como o AEB. Assim podemos dizer que o OPE é uma medida que estimula a participação dos alunos no contexto escolar de várias formas e que é benéfico, não apenas para a escola, mas para alunos e professores. Com todos os bons resultados que a medida traz, é sempre aconselhado executar ou criar medidas para o proveito das crianças, em contextos diferentes, como nas famílias, nas comunidades, em grupos sociais, no desporto, entre outros.

BIBLIOGRAFIA:

ARIÈS, Philippe (1981). *História social da criança e da família*. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada.

Arnstein, S.R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*. Volume 35 (4). 216-224.

Avancini, Marta (2014). A Criança Contemporânea, *Revista Educação*. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/a-crianca-contemporanea/>

Bogdan, Robert & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Câmara Municipal de Guimarães. (n.d.). *Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Guimarães*. Guimarães. Disponível em: http://op.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28503

Câmara Municipal de Guimarães. (n.d.). *Regulamento do Orçamento Participativo de Guimarães*. Guimarães. Disponível em: http://op.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28503

Cardoso, C. (2013, 9 de outubro) *José Pacheco: esta escola não serve*. Carta Educação. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/entrevistas/esta-escola-nao-serve/>

Carvalho, R., & Silva, A. (2016). A Participação Infantil em Foco: uma Entrevista com Natália Fernandes. *Psicologia em Estudo*, 21, 1, 187-194
DOI: 10.4025/psicolestud.v21i1.29792

Colunista Portal-Educação (s.d.). *Como a criança era vista e tratada desde a época medieval até o século XX?*. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/como-a-crianca-era-vista-e-tratada-desde-a-epoca-medieva-ate-o-seculo-xx/26547>

Colunista Portal-Educação (s.d.). *Histórico do desenvolvimento da Infância desde a Idade Média até os dias de hoje*. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/historico-do-desenvolvimento-da-infancia-desde-a-idade-media-ate-os-dias-de-hoje/26666>

Cruz, C. S. (2016). *A Participação Da Comunidade Na Gestão Democrática Da Escola: Um Estudo De Caso De Uma Escola Privada No Município De Grajaú – Maranhão* (Tese de

Mestrado), Politécnico do Porto, Porto.

DOI: <https://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9991>

Diário da República electrónica (2017). *Despacho n.º436-A/2017*.

Disponível em: <https://dre.pt/home/->

[/dre/105711800/details/maximized?serie=II&dreId=105711797](https://dre.pt/home/-/dre/105711800/details/maximized?serie=II&dreId=105711797)

Ferreira, R. (2015, 25 de Julho) "*Estamos a criar crianças tótós, de uma imaturidade inacreditável*" Observador. Disponível em: <http://observador.pt>.

Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

Gil, A. (2002), *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas.

Hart, R. (1992). *Children's participation: from Tokenism to citizenship*. Florence. Innocenti Essays: nº 4

Lansdown, Gerrison. (2010). The realization of children's participation rights: critical reflections. In Percy-Smith, B., Thomas, N. (2010). *A Handbook of Children and Young People's Participation*. London: Routledge. 11-23

Lima, L. (1988). *Gestão das escolas secundárias – a participação dos alunos*. Lisboa: Livros Horizonte

___ (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação

Lima,L.(2014). *A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós democracia gestonária*. In Revista Educação & Sociedade,v.35,nº.129, p.1067- 1083,(out.-dez). Capinas: Brasil.

Ludke Menga & André M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Magalhães, M. P. R. (2015). *Implementação de Ações Estratégicas: Participação dos Alunos na Vida da Escola* (Tese de Mestrado), Politécnico Do Porto, Porto.

Martins,V.(2006). *Avaliação do valor educativo de um software de elaboração de partituras : um estudo de caso com o programa Finale no 1.º ciclo*. Universidade do Minho, Braga.

Morais, C., *Investigação: do problema ao resultado*, Universidade do minho,Braga.

- Nascimento, L.F., Cavalcante, M.(2017). *Gestão Democrática na Educação Infantil*. In Revista Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 190-214, 2017. Ceará, Brasil.
- Negrão, A. J. S. (2015). *Representações e Participação dos Alunos na Escola* (Tese de Mestrado), Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Oliveira, A.(2010). *Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática*. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010
- Oliveira, F. (2015). “*A Criança e sua Relação com a Sociedade: Considerações sobre a Participação Infantil nos Espaços Públicos*”. Universidade Federal de Alfenas, Brasil.
- Orçamento Participativo do Município de Guimarães (s.d.). *Apresentação*.
Disponível em: http://op.cm-guimaraes.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27546
- Orçamento Participativos das Escolas (s.d.). *Regulamento*.
Disponível em: <https://opescolas.pt/regulamento/>
- Prout, A., Simmons, R., & Birchall, J. (2006). Reconnecting and extending the research agenda on children’s participation: Mutual incentives and the participation chain. In Tisdall, K., Davies, J., Hill, M., Prout, A. (2006). *Children, young people and social inclusion: participation for what*. Bristol: The Policy Press. 75-100.
- Sarmiento, M. J., Abrunhosa, A., & Soares, N. F. (2005). *Participação Infantil na Organização Escolar*. Administração Educacional, nº5: 73-88
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2007). *Políticas Públicas e Participação Infantil*. Educação, Sociedade e Culturas (2007), nº 25: 183-206.
- Sarriera, J.C. et al. *Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas*. In: SARRIERA, J. C. (coord.). Psicologia Comunitária: estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2004. pp. 19-44
- SEOGreenpark(2017). *O que é ser criança hoje e ao longo da história*.
Disponível em: <http://primeiros1000dias.com.br/ser-crianca-hoje-historia/>
- Simões, I. G. (2016). *A Participação dos Alunos no Governo da Escola Pública : Potencialidades e Limites* (Tese de Mestrado),Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Simões,M. (2010, Maio). *Participação Infantil*. Consultado em Outubro 15, 2018 em: <http://marciaeducarecriar.blogspot.com/2010/05/participacao-infantil.html>

Shier, Harry. (2001). Pathways to participation: openings, opportunities and obligations. *Children&Society*. Volume 15. 107-117

Sinclair, Ruth. (2004). Participation in practice: making it meaningful, effective and sustainable. *Children&Society*. (18). 106-118

Trevisian,G. (2014). “Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós.” *Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade.*(Tese de Mestrado) Instituto de Educação, Universidade de Braga, Braga.

Decreto de lei:

- Despacho n.º436-A/2017

ANEXOS:

Anexo 1- Guião Entrevista dos Professores

- Qual é a sua opinião sobre o Orçamento Participativos e os projetos desenvolvidos?
- Nos projetos desenvolvidos pelo Orçamento Participativo, qual é a sua função?(como professor ou diretor)
- Qual é a função /papel dos alunos no Orçamento Participativo?
- Qual é a principal motivação para os alunos participarem?
- De que forma os professores responsáveis motivam os alunos a participarem?
- Será que é possível observar uma evolução da participação dos aluno ao longo dos projetos desenvolvidos?
- Acha que esses projetos permitem o desenvolvimento de algumas competências. Se sim, quais?
- Será que o desenvolvimento dessas competências é mais visível nos participantes dos projetos que nos outros alunos? Se Sim de que forma é mais visível?
- Como é que os ganhos com a participação podem ser transmitidos para outros que pretendem participar?
- O que poderá ser acrescentado para melhorar os projetos do Orçamento Participativo?
- Se podia voltar a realizar o mesmo projeto o que poderia mudar?

Anexo 2- Guião para “*Focus Group*” aos alunos

- Perceção.
- Opinião.
- Projetos desenvolvidos.
- Função.
- Papel dos professores.
- Motivação.
- Professores vos motivam.
- Será que vocês participem mais no início ou no fim do projeto? Porque?
- Competências.
- Será que essas competências são desenvolvidas apenas por vocês ou por todos os alunos, mesmo os que não participem.
- Acrescentar.
- Outro projeto.